

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**  
**INFORME BRASIL Nº 397**

Período: 02/10/2010 – 08/10/2010

**GEDES – Brasil**

- 1- Forças Armadas auxiliam no processo eleitoral
- 2- Cientista político analisa Poder Judiciário e Forças Armadas do Brasil
- 3- Governo federal adota medidas referentes ao Centro de Lançamentos de Alcântara que asseguram parceria entre Brasil e Ucrânia
- 4- Governo brasileiro almeja participação militar no Oriente Médio
- 5- Decisão sobre projeto FX-2 deverá ser definida após término do processo eleitoral
- 6- Avibrás faz parceria com governo federal
- 7- Editorial de jornal critica decisão do Superior Tribunal Militar

1- Forças Armadas auxiliam no processo eleitoral

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Justiça Eleitoral solicitou que tropas do Exército auxiliassem na segurança das eleições, no dia 03/10/2010, no estado do Tocantins. O pedido foi feito em razão da acirrada disputa entre correligionários dos dois candidatos a governador do estado, Carlos Gaguim, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e Siqueira Campos, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Além de manter a ordem nas zonas eleitorais, as tropas foram responsáveis por fazer a segurança do Centro de Convenções e da sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Palmas, capital do estado. Ainda de acordo com o jornal, as Forças Armadas também foram responsáveis pelo suporte logístico eleitoral em 365 municípios de 11 estados com o objetivo de assegurar a inviolabilidade dos dados, garantindo o cumprimento da lei e da ordem. Através da utilização de aviões de carga, helicópteros e embarcações militares, ficaram encarregadas do transporte das urnas eletrônicas, cabines, discos de gravação, kit de apuração de resultados e dos funcionários dos TREs, incumbidos de conduzirem o processo eleitoral. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/10/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/10//10)

2- Cientista político analisa Poder Judiciário e Forças Armadas do Brasil

De acordo com entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, o cientista político inglês da Universidade de Harvard, Anthony Pereira, estudioso de destaque nos assuntos brasileiros, fez uma leitura na qual considerou o Poder Judiciário nacional e as Forças Armadas marcados, respectivamente, por traços de autoritarismo e conservadorismo, os quais, segundo o cientista, constituem uma ameaça à garantia dos direitos humanos. Consideradas “heranças” da ditadura militar, essas características conduziram ao que Pereira classificou de “autoritarismo social”, a partir da falta de um Estado de Direito que permite o tratamento desigual das pessoas dentro da lei. Um dos exemplos citados na entrevista foi o sistema da Justiça Militar que “tutela” os crimes militares em nível federal, assinalando uma postura corporativista. Pereira destacou que o país carece de uma reforma judiciária e que a maior injustiça da transição democrática não foi ter concedido anistia aos crimes políticos, mas

a “falta de informação e de verdade” geradas a partir da preservação das características das Forças Armadas e Poder Judiciário. (Folha de S. Paulo – Brasil – 03/10/10)

### 3- Governo federal adota medidas referentes ao Centro de Lançamentos de Alcântara que asseguram parceria entre Brasil e Ucrânia

Conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, duas medidas do governo brasileiro foram essenciais para que a Ucrânia mantivesse sua parceria com o Brasil na edificação da base de lançamento de foguetes Cyclone-4 dentro do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), localizado no estado do Maranhão: a ampliação do território designado ao CLA, de 8,7 mil hectares para 20 mil hectares, e a resolução da disputa entre a Aeronáutica e quilombolas acerca da posse da terra, que ficará sob controle da primeira. Incumbirá à Advocacia Geral da União (AGU) elaborar instrumento jurídico que concretize a nova destinação do referido território. A parceria supracitada foi estabelecida em 2006 a partir da fundação da companhia binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), a qual objetiva aumentar a cooperação Brasil-Ucrânia em assuntos espaciais, como o programa do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1) e a utilização da base de Alcântara. Conforme publicado pelo jornal, na opinião do presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Carlos Ganem, a ampliação se justifica, pois o espaço hoje destinado à base militar não é suficiente para a realização de todas as atividades conferidas ao CLA, como por exemplo, o lançamento de satélites meteorológicos que podem fornecer informações que permitem ações preventivas em caso de desastres naturais. Nas palavras de Ganem, “proteger a vida de cidadãos que estão à mercê de condições previsíveis é questão de segurança nacional”. Ademais, afirmou que a questão espacial deve ser considerada um assunto de Estado, para que seu orçamento não seja condicionado às deliberações do governo em exercício. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/10/10)

### 4- Governo brasileiro almeja participação militar no Oriente Médio.

Conforme publicado no periódico *Folha de S. Paulo*, o Brasil pretende integrar militarmente o comando da Unifil, missão de paz das Organizações das Nações Unidas (ONU) presente no Líbano, criada em 1978. Desta forma, o governo brasileiro ambiciona ser um ator relevante no Oriente Médio, participando diretamente na resolução do conflito Israel-Palestina e aumentando seu reconhecimento internacional. Para que esta mobilização militar se concretize o governo brasileiro, com intermédio do Ministério da Defesa e do Itamaraty, está em negociação, desde o primeiro semestre de 2010, com o Departamento de Operações de Paz da ONU, discutindo as etapas da consolidação desta presença militar. Segundo a *Folha*, a primeira fase seria a de assumir o comando da força naval da missão, enviando em torno de 10 oficiais graduados da Marinha que comandarão uma frota de 08 navios e 885 homens, a segunda fase prevê o envio de cerca de 300 homens do Exército, e uma fase final seria o fornecimento de equipamentos militares para a missão. A ONU deverá ressarcir apenas parte dos gastos brasileiros nesta operação, que são atribuídos a mantimentos, armamentos e manutenção de equipamentos. O Ministério da Defesa afirma não haver ainda uma decisão

final sobre o assunto, que para ser aprovado necessita passar por votação no Congresso Nacional. Se consolidada, esta será a maior mobilização militar do Brasil em território estrangeiro desde a atuação no Haiti, que se iniciou em 2004 e hoje possui 2166 militares brasileiros. (Folha de S. Paulo – Mundo – 06/10/10)

#### 5- Decisão sobre projeto FX-2 deverá ser definida após término do processo eleitoral

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a decisão sobre a compra dos futuros caças da Força Aérea Brasileira (FAB), denominado projeto FX-2, ocorrerá após o término do processo eleitoral que definirá o novo presidente da República do Brasil. A decisão deve ser tomada conjuntamente entre o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, e seu sucessor, conforme declaração do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, no dia 06/10/2010. Segundo *O Estado*, Lula tem preferência pelo modelo Rafale, de produção francesa, mas setores da Aeronáutica consideram o modelo Gripen, de produção suíça, tecnicamente superior. Após a decisão, Jobim acredita que levará ainda cerca de um ano para o fechamento dos subcontratos, sendo que o comandante da FAB, brigadeiro Juniti Saito, afirmou que o cronograma do projeto está dentro dos prazos e que aguarda o primeiro caça para o ano de 2016. Segundo a *Folha*, Jobim afirmou que a escolha não será baseada em fatores técnicos, mas na transferência de tecnologia. Destacou ainda as prioridades da estratégia de defesa brasileira: monitoramento e controle territorial e marítimo, mobilidade das Forças Armadas para alcançarem áreas com problemas de segurança e presença militar em regiões desprotegidas, com destaque para a Amazônia. Para que essas metas sejam alcançadas o governo conta, além do projeto FX-2, com a construção do avião de transporte KC-390, da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), a compra de novos helicópteros de transporte e o desenvolvimento da Viatura Blindada Transporte de Pessoal Média sobre Rodas (VBTP-MR Guarani), que substituirá os obsoletos EE-11 Urutu e o EE-9 Cascavel. A *Folha* relatou ainda, no dia 08/10/10, que o Brasil, atualmente, é o maior importador de armas da França, segundo relatório divulgado pelo Ministério da Defesa francês. Isso é um reflexo da aliança diplomática e militar firmada entre os dois países nos últimos anos. Os contratos assinados somam R\$ 12,8 bilhões, sendo o principal motivo a compra dos submarinos Scorpène e a montagem de uma embarcação com reator nuclear nacional. Além disso, foram adquiridos 50 helicópteros EC-725 de transporte e a França ainda pode ganhar a disputa na concorrência do projeto FX-2. (Folha de S. Paulo – Poder – 07/10/2010; O Estado de S. Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2010; Folha de S. Paulo – Mundo – 08/10/10)

#### 6- Avibrás faz parceria com governo federal

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Avibrás Indústria Aeroespacial, principal fabricante de produtos militares do país, deve assinar no próximo dia 08/10/2010 um contrato de "sociedade" com o governo brasileiro. O Comando do Exército e a empresa objetivam, através deste contrato, desenvolver um programa conjunto, o sistema Astros 2020, que se trata de um lançador de foguetes de artilharia de saturação, com investimento estimado em R\$ 1,2

bilhão nos próximos seis anos. Em um evento realizado no dia 06/10/2010 o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, declarou que já conversou com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e que decidiram fazer a encomenda dos mísseis do referido sistema, atentando para “a necessidade de complementação dos mísseis que o exército importa e que serão fornecidos pela Avibrás.” (O Estado de S. Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2010)

#### 7- Editorial de jornal critica decisão do Superior Tribunal Militar

Em editorial do dia 08/10/10 o jornal *Folha de S. Paulo* destacou sua opinião em relação ao posicionamento do presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Carlos Alberto Marques, que negou o pedido do jornal para obter acesso aos documentos, que se encontram sob guarda do STM, do processo de Dilma Rousseff, atual candidata à presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que a levaram à prisão durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Para o jornal, a alegação de Marques de que os documentos podem prestar-se a “uso político”, tendo em vista o atual período eleitoral, mostra que o presidente não entendeu os aspectos envolvidos no caso. A *Folha* defendeu o interesse público de acesso ao processo, pois é direito de qualquer cidadão examiná-lo e se manifestar a respeito dentro de uma sociedade democrática. Além disso, trata-se de documento público, não podendo uma autoridade subtraí-lo do conhecimento geral. O relator do processo, almirante Marcos Martins Torres, sugeriu que o jornal quer criar um “fato político às vésperas das eleições”, o que o jornal classificou de “apego ao sigilo, próprio de sua profissão” e “hábito hierárquico”, no qual o almirante teria receio de magoar a possível futura presidente. Finalmente, a *Folha* destacou que Marques e Torres é que fazem “uso político” do material ao tentar ocultá-lo, gerando suspeitas do que deve conter nos documentos. *Folha de S. Paulo - Opinião – 08/10/10*

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

Jornal do Brasil – [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br) / [anapaulahistoria@yahoo.com.br](mailto:anapaulahistoria@yahoo.com.br)

#### **\*\*Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre

em Relações Internacionais); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Suellen Maioli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)